

CULTURA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

MASCARENHAS, Thais Silva* – USP

GT-03: Movimentos Sociais e Educação

Agência Financiadora: FAPESP

Este trabalho se centra na economia solidária entendida como um movimento social de base popular que re-surgiu no Brasil na década de 1980 e tem se expandido e fortalecido nas últimas décadas. A economia solidária, apesar de ter se originado principalmente a partir de experiências cooperativas, hoje é composta, em grande medida, por várias outras formas de organização, como associações, grupos informais, redes sociais de articulação e comercialização e fóruns em diversas instâncias.

O presente estudo pretende contribuir para a compreensão de como as práticas sociais desenvolvidas nas diversas experiências de economia solidária e as relações de poder aí estabelecidas influenciam a formação da identidade coletiva do movimento, algumas de suas formas de ação coletiva e seu caráter educativo.

Para isso, iniciaremos com a exposição e reflexão sobre elementos teóricos acerca dos movimentos sociais, em que nos concentraremos principalmente nos estudos desenvolvidos pelo italiano Alberto Melucci e pelos estudiosos latino-americanos Sonia Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar e Maria da Glória Gohn. Então, apresentaremos o movimento de economia solidária e discutiremos algumas de suas características à luz dos elementos teóricos trazidos anteriormente. Ao final, teceremos algumas considerações a partir do estudo empreendido.

Os movimentos sociais

Desde o século XIX, Marx e os marxistas já expressavam, em seus trabalhos, a preocupação com o movimento das classes sociais, ainda que não tivessem examinado diretamente o tema dos movimentos sociais. Em muito, esses trabalhos influenciaram diversos estudos sociológicos posteriores específicos sobre esse tema, que vinham surgindo a partir da década de 1940. De modo geral, esses estudos caracterizavam os movimentos sociais a partir dos seguintes critérios:

* Orientador: Prof. Dr. Celso de Rui Beisiegel.

[...] referem-se a um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social. (SCHERER-WARREN 1984, p.12)

Ao analisar a produção acadêmica brasileira da época, Scherer-Warren (2004, p.11) observa que as análises das ações coletivas civis se baseavam no “paradigma marxista clássico das lutas de classe, privilegiando os estudos sobre os movimentos sindicais, operários, ou nacional-populares, na interface da temática nação x classe”. Esses estudos se centravam na análise da estrutura de classes para explicar as ações coletivas e, segundo Melucci (1989, p.52), explicam mais “por que” um movimento se estabelece e se mantém, deixando de lado “como” o faz. Em contraposição, outras análises, menos influentes no Brasil, como a teoria da mobilização de recursos, centravam-se em “como” as ações coletivas se caracterizavam, sem, entretanto, examinar seu significado e orientação, o “porquê”.

A partir de fins da década de 1970, tentou-se desenvolver um novo quadro paradigmático baseado na observação de novas características das práticas de ações coletivas. Emergiram questões como a multiplicidade de identidades coletivas e a autonomia dos atores coletivos diante de governos autoritários.

A questão das identidades múltiplas foi amplamente tratada pelas teorias dos chamados “novos movimentos sociais”. Segundo Gohn (1997, p.153), esse conceito foi criado por Alberto Melucci, em 1980, quando escreveu o artigo “The New Social Movements: a theoretical approach”, no qual o autor criou também um novo campo de análise, o cultural. Para o autor, a ação coletiva era tratada de modo a impedir que fosse considerada como um sistema de relações.

Buscando se concentrar numa análise do “como” sem negligenciar o “porquê”, Melucci (1989, p. 57) define “um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”, onde a solidariedade consiste na capacidade dos atores partilharem uma identidade coletiva, o conflito consiste na relação entre atores opostos lutando pelos mesmos recursos e os limites de um sistema apontam para o espectro de variações tolerado dentro de uma estrutura existente, sendo seu rompimento marcado por um espectro de variações além do aceitável. Segundo Melucci:

Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores. (MELUCCI 2001, p.23)

Isso significa que não há uma unidade de consciência ou de ação nos movimentos, mas sim uma diversidade de orientações e práticas. A unidade é o que se busca, através de grandes esforços e dispendendo recursos, não um ponto de partida ou uma característica dada do movimento.

Melucci (2001, p. 68-69) define identidade coletiva como um processo de “construção” de um sistema de ação, de modo interativo e compartilhado, ou seja, a identidade é:

[...] construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores. O processo de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos: de um lado, a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro, a sua relação com o ambiente (outros atores, oportunidades/vínculos). (MELUCCI 2001, p.69)

Esta abordagem, baseada na construção da identidade coletiva, rompe claramente com os trabalhos anteriores que se centravam na estrutura de classes. Para Melucci, os atores dos novos movimentos sociais não se distinguem pela classe social, ou seja, esta não é importante para a definição do movimento, cujos atores se aproximam por compartilhar outras características, como, por exemplo, ser mulher, ser negro, valorizar o meio-ambiente etc. Entretanto, mesmo tendo deixado de ser um elemento central para as análises, podemos perguntar até que ponto a estrutura de classes não desempenha um papel importante nos movimentos sociais, na construção de sua identidade coletiva e na efetivação de suas ações.

Klaus Eder, num trabalho que busca justamente responder à questão “a classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais?”, reconhece que os movimentos sociais recentes não se constituem como os movimentos de classe característicos do século XIX. No entanto, conclui que a classe social tem importância

para os novos movimentos sociais, podendo estes serem vistos como “uma manifestação de um novo tipo de relação de classe no qual ocorre a ‘constituição da classe média’ nas sociedades modernas avançadas” (EDER 2001, p.19). De fato, podemos constatar a presença da classe média em muitos dos novos movimentos exercendo um papel fundamental na constituição e na continuidade dos mesmos. Para Gohn:

[...] não existe movimento social puro, isolado, formado apenas por participantes populares, de base. Sempre há a presença de elementos externos ao grupo demandatário. Externos no sentido de pertencerem a outra categoria social, mas existe uma base de coesão ideológica comum que cria laços de afinidades e objetos únicos. (GOHN 2005, p.50)

Outro ponto a ser considerado é a questão política. Para Scherer-Warren (2004, p.13), teorias como a de Melucci aprofundam a dimensão sociocultural dos movimentos sociais, deixando de lado importantes aspectos do campo político-institucional. De fato, Melucci critica duramente as abordagens que conceituam os movimentos essencialmente como atores históricos que interferem na estrutura político-estatal. Para ele, “a confrontação com o sistema político e com o Estado é apenas um fator mais ou menos importante na ação coletiva. O conflito frequentemente pode afetar o próprio modo de produção ou a vida cotidiana das pessoas.” (MELUCCI 1989, p.53). Os movimentos estariam, assim, deslocando-se para um terreno não-político.

No entanto, o fato de que aspectos culturais sejam importantes para a análise dos movimentos não significa que os aspectos políticos também não o sejam. Especialmente na realidade brasileira, o processo de redemocratização da sociedade contribuiu para o fortalecimento de reivindicações por direitos e para a abertura de um espaço de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Porém, a dimensão política deve ser aqui entendida de forma a não se restringir às relações com o Estado, mas abrangendo também a participação política daqueles que compõem os movimentos. Tal participação é essencial para a compreensão da identidade e das formas de ação coletiva. Scherer-Warren (2004, p. 13), por sua vez, destaca a importância do diálogo entre as duas perspectivas, que uniria o entendimento das diversidades culturais, que enfatizava o caráter transformador dos atores coletivos, e os entraves das conjunturas políticas específicas, que buscava a reordenação institucional possível nos processos de redemocratização.

As práticas que unem o cultural e o político podem ser observadas, por exemplo, quando os movimentos sociais traduzem suas agendas em políticas públicas ou lutam para redefinir o sentido de noções tradicionais de cidadania, representação política, participação, desenvolvimento, direitos e outros termos apropriados pela cultura autoritária (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR 2000). Essas re-significações, que fazem parte da cultura dos movimentos sociais, propõem um novo entendimento do que conta como político.

É importante ainda destacar o caráter educativo dos movimentos sociais, que está intimamente relacionado aos aspectos cultural e político. O educativo pode ser observado constantemente na prática cotidiana do movimento, que implica para os envolvidos, entre outros, o aprendizado decorrente do contato com o outro, a descoberta de formas de construção coletiva da agenda do movimento, a discussão e a defesa de valores comuns. Enfocando predominantemente a relação político-estatal, Gohn enumera outros aprendizados possíveis:

Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber: 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício de poder. 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe. 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas. 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento. 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de conhecimento. (GOHN 2005, p.50-51).

É possível ainda observar aprendizados importantes para os participantes tanto na construção da identidade coletiva e na efetivação de formas de ação coletiva como no processo de re-significação de conceitos relacionados à política. Nesses processos, geralmente, os participantes passam a ver-se de uma nova maneira, passam a entender o contexto social no qual estão inseridos de uma nova forma e isso os estimula a adotar comportamentos distintos dos anteriores.

Gohn chega a afirmar que os movimentos sociais seriam novas formas de educação popular (GOHN 2005, p.43). Apesar de não ocorrerem baseados num

programa pré-estabelecido, compartilham princípios semelhantes aos de programas de educação popular, mas agora sob a forma de manifestações concretas originadas por grupos populares organizados.

A partir destes elementos teóricos, especialmente a identidade coletiva, desenvolvida por Melucci, os processos de re-significação de conceitos ligados à política, exposto por Alvarez, Dagnino e Escobar, e elementos do caráter educativo dos movimentos sociais, trazido por Gohn, faremos a apresentação e a discussão do movimento de economia solidária, examinando algumas de suas práticas sociais e seus significados, assim como algumas das relações de poder estabelecidas.

A Economia Solidária

A economia solidária surgiu no Brasil, na década de 1980, no contexto de uma grave crise econômica que afetava o país. Baseava-se sobretudo no modelo cooperativista, tendo como suas principais influências teorias e práticas de séculos atrás, como o socialismo utópico e o socialismo libertário. Porém, o (re-)surgimento dessas experiências nas últimas décadas possui características próprias de sua inserção na sociedade atual. Mais recentemente, as experiências cooperativistas da economia solidária vêm sendo combinadas com outras iniciativas de desenvolvimento local, como redes sociais de articulação e de comercialização, clubes de trocas e de compras, centros públicos de economia solidária, entre outros.

Na década de 1980, o país atravessava um período que combinava o processo de redemocratização com uma forte crise econômica, na qual se destacava a aceleração inflacionária contínua, o elevado déficit público e o alto índice de desemprego, que afetava principalmente a população de baixa renda. Nessa época, ocorreu o início do processo de reestruturação produtiva do país, com a introdução de novos padrões organizacionais e tecnológicos e drásticas conseqüências para o mundo do trabalho.

Na década seguinte, a crise se intensificou com a adoção de diversas políticas neoliberais resultantes do Consenso de Washington, o que gerou uma série de desregulamentações nas diferentes esferas do mundo do trabalho (ANTUNES 2006, p.15). A intensificação do processo de reestruturação produtiva, a abertura dos mercados ao comércio internacional, as privatizações de serviços públicos e outras

medidas adotadas desvalorizavam ainda mais o trabalho humano e aumentavam o caráter competitivo da sociedade.

Como consequência de tais medidas, um grande número de trabalhadores perderam seus empregos ou foram alijados do mercado de trabalho temporária ou definitivamente. A organização do trabalho, de modo geral, sofreu fortes modificações, em que a lógica capitalista foi exacerbada, aumentando cada vez mais a precariedade, a flexibilização e a desregulamentação (VASAPOLLO 2006, p.45). Antunes observa que houve “um nítido crescimento de relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para a de trabalhadores sem carteira assinada” (ANTUNES 2006, p. 24).

É nesse cenário que surgiram experiências econômicas baseadas na autogestão, posteriormente chamadas de economia solidária. É importante destacar que o fato de tais experiências terem surgido nesse contexto não significa que sejam uma resposta à crise, o que possibilita o entendimento de se tratar de uma patologia social do sistema. Segundo Melucci (2001, p.33), um movimento social é a expressão de um conflito, em que dois atores lutam pela apropriação de recursos valorizados por ambos, e não simplesmente uma resposta a uma crise. O caráter conflitual da economia solidária se expressa no confronto com a própria lógica do sistema de produção capitalista. Pode-se entender a emergência desse conflito nesse momento como tendo sido ativado pela crise em questão, porém, o desenvolvimento posterior da economia solidária não se deve apenas ao agravamento do desemprego em massa e da exclusão social. Singer descreve o desenvolvimento histórico da economia solidária da seguinte forma:

O que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Centenas de iniciativas, que tendiam antes a ficar isoladas e por isso debilitadas, a partir dos últimos anos passam a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas [...] a economia solidária já firmou sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, em nível local, regional e nacional. (SINGER 2005, p.126)

A economia solidária é um conceito em construção, disputado por diferentes participantes e críticos que atribuem diversos significados ao termo. O fato de não ter se fechado numa determinada conceituação teórica tem possibilitado que diferentes experiências em andamento se identifiquem com seus valores e princípios, integrando-se ao movimento e contribuindo na construção desse conceito. Verifica-se aqui que a unidade do movimento é algo que está sendo buscado com esforço, e não um ponto de partida do movimento, conforme observou Melucci (1989, p.56).

Se, por um lado, não há uma definição positiva única do termo, o movimento expressa claramente a existência de definições negativas, isto é, sabe-se bem o que não é economia solidária. Isso se verifica na leitura da própria carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES 2005), especificamente em sua parte final “A economia solidária não é”, na qual são expostas uma série de características da economia solidária a partir de suas distinções em relação ao mercado capitalista, ao Terceiro Setor, entre outros. O processo de identificação de novos sujeitos passa tanto pela diversidade de conceituações positivas como pelas definições negativas determinadas.

Para fins deste estudo, consideraremos a seguinte caracterização do termo, elaborada por Singer:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição [...] com o princípio da socialização dos meios [...]. (SINGER 2000, p.13)

Buscando uma conceituação mais precisa de seus participantes, a partir de alguns estudos desenvolvidos na América Latina, não apenas pelo brasileiro Paul Singer, mas também pelo chileno Luis Razeto e pelo argentino José Luis Coraggio, Antonio Cruz considera como economia solidária:

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são

compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes. (CRUZ 2006, p.67)

Seguindo esses princípios, criaram-se várias cooperativas e outras formas de organização do trabalho baseadas na autogestão, – chamadas de “empreendimentos de economia solidária” – que muito se assemelhavam às experiências observadas desde o início do século XIX. Nessa época, na Grã-Bretanha, foram constituídas, baseadas nas idéias de Robert Owen (1771-1858), diversas experiências cooperativas, inclusive aquela considerada “a mãe de todas as cooperativas”: os Pioneiros Equitativos de Rochdale. As experiências influenciadas por socialistas utópicos, como Owen, Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon (1760-1825), e as idéias dos socialistas libertários, como Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), Mikhail Bakunin (1814-1876) e Peter Kropotkin (1842-1921), serviram como base para as experiências de economia solidária.

Assim como ocorreu com a economia solidária, muitos dos “novos movimentos sociais” tiveram origem bastante anterior à emergência do tema nas décadas de 1970 e 1980, como o movimento negro ou o movimento das mulheres. Para Melucci (2001, p.25), esse “novo” não deve ser compreendido no sentido de se medir o quanto há de novo nesses movimentos, entendendo-os como um objeto empírico unitário. A “novidade” não se refere ao objeto empírico, mas ao sentido analítico, que introduz dimensões sociais e culturais significativas.

As experiências dos socialistas utópicos demonstram, através de suas novas formas de organização da produção e do consumo, práticas contrárias àquelas capitalistas. Essas práticas de uma nova cultura, baseada na autogestão e nos demais princípios do cooperativismo, contrapunham-se à cultura hegemônica centrada na competitividade, na produtividade e na hierarquia.

Os princípios do cooperativismo, numa adaptação recente dos princípios elaborados pelos Pioneiros de Rochdale, consistem em: adesão livre e aberta; gestão e controle democrático dos cooperados; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade. Os princípios da economia solidária se baseiam essencialmente nesses princípios. Para Verardo (2005, p.123),

A autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, em que se combinam a

cooperação do conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões. A autogestão caracteriza-se como processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem.

É a partir da prática da autogestão no dia-a-dia do empreendimento de economia solidária que uma nova cultura se instaura, abrangendo outros aspectos da vida dos envolvidos (OLIVEIRA, 2001). Essa nova cultura, de acordo com Gaiger, é baseada nos seguintes valores: solidariedade, igualdade, respeito à diferença, tolerância, confiança e cooperação. Para o autor:

[...] os empreendimentos solidários tendem a funcionar segundo uma racionalidade que aproxima e solda interesses pessoais e interesses e necessidades coletivas, alinhando sua satisfação e introduzindo mecanismos duráveis de reciprocidade. Tal associação entre interesses individuais e coletivos torna-os uma *comunidade de trabalho*. (GAIGER, 2005)

Dessa forma, os participantes da economia solidária experimentam novas práticas culturais, que diferem da cultura disseminada pela lógica capitalista, e ao mesmo tempo buscam uma identificação com outros sujeitos que tenham práticas semelhantes. Aprendem assim uma nova maneira de trabalhar, de se relacionar com as pessoas e com o mundo.

Além de ser observada nos empreendimentos, essa cultura também está presente nas demais experiências da economia solidária, como clubes de trocas, clubes de compras e redes de articulação e de comercialização, o que reflete a diversidade de formas de ação coletiva do movimento.

Atualmente, a partir do mapeamento das experiências no país, realizado por iniciativa do governo federal com os fóruns nacional e estaduais de economia solidária, constatou-se a existência de 14.954 experiências de economia solidária, que estão espalhadas por 41% dos municípios do país, totalizando 1,25 milhões de pessoas envolvidas diretamente e mais 25 mil pessoas que possuem algum vínculo com tais experiências. Além disso, há 1.120 entidades de apoio, assessoria e fomento (SENAES/MTE 2006).

O mapeamento reflete o esforço do movimento para identificar seus participantes, reconhecendo-os e fortalecendo-os e ao próprio movimento. Para a realização do mapeamento, foi preciso discutir com profundidade sobre a identidade do movimento, pois era preciso decidir como se definiria se uma determinada experiência seria considerada parte da economia solidária.

Nota-se ainda a presença marcante da classe média, principalmente por meio das “entidades de apoio, assessoria e fomento”. Conforme citação anterior de Singer (2005, p.126), essas entidades foram fundamentais no processo de constituição do movimento, contribuindo para a integração das experiências e, dessa forma, para a construção de sua identidade coletiva.

A análise da questão da identidade requer também que se observem especificamente as experiências cooperativas, que influenciaram profundamente a origem e os princípios da economia solidária. Existem no Brasil cooperativas de diversos tipos e nem toda cooperativa pode ser considerada parte da economia solidária.

Há, por exemplo, cooperativas que apenas se legalizaram por meio da forma jurídica cooperativa para diminuir seus custos, já que na legislação do país as cooperativas não precisam cumprir a CLT. Essas cooperativas são conhecidas como “coopergatos” ou “cooperfraudes” e comumente atuam na prestação de serviços. São “responsáveis por formas acentuadas de subcontratação e precarização da força de trabalho, pela redução significativa da remuneração da força de trabalho e pelo descumprimento dos direitos trabalhistas” (ANTUNES 2006, p.23).

Há também aquelas que compõem o chamado “cooperativismo oficial” (ligadas à OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras) e que se caracterizam, em grande medida, por grandes cooperativas que não necessariamente se preocupam em garantir a autogestão (conforme entendida pela economia solidária) e cujos sócios nem sempre trabalham na cooperativa. Seu discurso se aproxima dos valores capitalistas ao buscar, sobretudo, a eficiência e o sucesso econômico.

No processo de construção da identidade do movimento de economia solidária, sua diferenciação diante desses dois outros tipos de cooperativas foi essencial. Num estudo em que foram analisados e comparados os discursos do cooperativismo oficial e da economia solidária, observou-se que:

Quando a ES [economia solidária] surge no Brasil, o CO [cooperativismo oficial] já estava instalado, enquanto representante oficial do cooperativismo no país, correspondendo a um verdadeiro paradigma. Assim, seria impossível simplesmente desconsiderar a existência de CO. Daí a constituição do discurso da ES (sobre o cooperativismo) em negação àquele do CO. (FULANETTI 2005, p. 247-8)

Conclui-se, dentre outras coisas, que as divergências entre a economia solidária e o cooperativismo oficial devem-se principalmente à diferença do chamado “valor descritivo”, o que, no caso do primeiro, é a solidariedade e, no caso do segundo, o sucesso econômico (FULANETTI 2005, p.252).

Se, em sua fase inicial, os participantes da economia solidária buscavam se diferenciar do cooperativismo oficial, re-significando o cooperativismo e dessa forma aprendendo a construir coletivamente um novo conceito e uma nova prática, o momento atual do processo de construção da identidade coletiva se centra na identificação e integração de novos sujeitos, que aprendem com esse novo diálogo presente na construção coletiva. No mapeamento realizado recentemente, apenas 11% das experiências encontradas eram organizações cooperativas (SENAES/MTE 2006), o que mostra que o movimento possui formas de organização bem mais variadas que a cooperativa.

Outro relevante processo de re-significação que tem sido empreendido pelo movimento de economia solidária se refere ao “desenvolvimento”. A economia solidária propõe uma visão de desenvolvimento diferente da tradicional, que, segundo Singer:

[...] é o da comunidade como um todo, não de alguns de seus membros apenas. [...] O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. (SINGER 2004)

Existem diversas alternativas de desenvolvimento possíveis e procura-se que a escolha de qual opção adotar seja feita pela própria comunidade, que, para isso, deve ter acesso e se apoderar das informações e dos conhecimentos necessários à tomada de decisão consciente. Esses aprendizados envolvem a busca por envolver a todos na

discussão e inclui desde conhecimentos sobre o mercado até como se discutir alternativas, tomar decisões democraticamente e assumir-se como sujeito. Esse processo está intimamente relacionado com a prática da educação popular, principalmente com propostas como a de Paulo Freire, na qual a educação do homem e sua conscientização, essencial para a tomada de decisão e a prática da liberdade, andam sempre juntas (Freire 1963, p.11). Para Singer (2005, p.19), “A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a”.

Há diversas iniciativas atuais que demonstram a busca por essa construção. Algumas entidades e, agora, o governo federal tem criado Centros Públicos de Economia Solidária, que têm procurado ser implementados em constante diálogo com a comunidade na qual se insere. Trata-se da agenda do movimento se tornando política pública.

Outra estratégia adotada pelas entidades de apoio ao movimento que se tornou política pública é a formação de multiplicadores ou agentes locais de economia solidária. Recentemente, o governo federal lançou o PPDLES (Programa de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária), agora chamado de “Brasil Local”, que visa à formação de agentes da comunidade para o fomento e fortalecimento da economia solidária na região de origem desses agentes. Contudo, faz-se pertinente perguntar: até que ponto as estratégias desenvolvidas pelas entidades de fomento representam demandas reais do movimento?

Um outro programa específico do governo federal, constituído a partir de demanda do movimento, visa ao fomento de feiras de economia solidária por todo o país. Aqui, trata-se de uma demanda antiga dos próprios empreendimentos.

A configuração atual do movimento, incluindo sua extensão a instâncias da sociedade política e do Estado, pode ser visualizada a partir do seguinte esquema, elaborado para o *Atlas da Economia Solidária no Brasil* :



Legenda:

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

MTE/SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

Fonte: SENAES/MTE

A figura acima explicita a rede de relações entre a sociedade civil e o Estado. O entrelaçamento da agenda do movimento com as ações do governo merece especial atenção, pois, se, por um lado, parece fortalecer o movimento, por outro, dá um novo caráter às ações do movimento, proporcionando maior burocratização e profissionalização. As formas de ação do movimento, se no início serviram de base para a elaboração de políticas públicas, passam a ser constituídas, em grande medida, em resposta às políticas. Estas demandam respostas formalizadas e burocratizadas, dentro de um molde determinado *a priori*. Como ficam, então, as relações de poder? Em que medida a base do movimento consegue continuar formulando seus problemas e demandas e influenciar as políticas públicas? Ou é o Estado que passa a determinar, em

grande medida, as ações do movimento? Observa-se aqui a necessidade de aprendizados que contribuam para lidar com essa nova configuração.

Considerações finais

A partir deste estudo, chegamos a algumas considerações acerca do processo de formação da identidade coletiva do movimento de economia solidária, de práticas do movimento que unem o cultural e o político e do seu caráter educativo.

Vimos que a construção da identidade coletiva do movimento é de fato um processo dinâmico, não homogêneo e que requer muitos esforços e aprendizados. Sua definição conceitual está em disputa e diferentes fases constituem seu processo de construção de identidade, caracterizadas por desafios diversos, como a diferenciação em relação ao cooperativismo oficial, a institucionalização do movimento a partir de sua extensão a esferas do Estado e a identificação e integração de novos atores através do mapeamento.

Além disso, a vivência cotidiana da autogestão, sendo um processo educativo contínuo a partir da prática, é fundamental para a partilha da identidade coletiva no nível interno das experiências, pois contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a autoconfiança dos indivíduos envolvidos.

Em relação às práticas político-culturais, observou-se que várias das demandas do movimento têm sido, de alguma forma, contempladas por meio de políticas públicas de abrangência nacional. Esse fato nos traz diversas questões relacionadas à nova configuração do movimento e suas relações de poder, que exigem do movimento novos posicionamentos e comportamentos.

Verificou-se ainda a busca da redefinição do sentido de noções tradicionalmente dominadas pela cultura capitalista autoritária, como cooperativismo, desenvolvimento e gestão, o que implica a participação dos envolvidos em processos educativos de construção coletiva.

Dessa forma, pudemos compreender um pouco mais sobre as particularidades e os desafios desse movimento, que traz consigo proposta para claras mudanças. Talvez a economia solidária, como outros movimentos sociais, possa ser entendida como um indício dessa transformação. Como coloca Melucci (2001, p.21): “Os movimentos das

sociedades complexas são profetas sem encanto. [...] São [...] a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas.”

Referências bibliográficas

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. “O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: Novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ANTUNES, R. “A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil” In: ANTUNES, R. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

CARNEIRO, V. G. “O movimento social da economia solidária”. In: *II Seminário Nacional de Movimentos Sociais*, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007, Florianópolis. Disponível em: < <http://www.npms.ufsc.br/> >. Acesso em: abril de 2008.

CRUZ, A. C. M. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas, 2006, 325p. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

EDER, K. “A classe social tem importância no estudo dos novos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, nº 46, ANPOCS, junho de 2001, pp. 5-27.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). *Carta de princípios*. Maio de 2005. Disponível em: < <http://www.fbes.org.br/> >. Acesso em: abril de 2008.

FREIRE, P. “Conscientização e alfabetização – Uma nova visão do processo”. In: *Estudos Universitários - Revista de Cultura da Universidade do Recife*, n. 4, Abril/Junho de 1963.

FULANETTI, O. N. *Entre paradigmas e ameaças: análise dos discursos do cooperativismo oficial e da economia solidária*. São Paulo, 2005, 261p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GAIGER, L. I. G. “Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica”. In: *29º Encontro Anual da ANPOCS*, 2005, Caxambu. Trabalhos do 29º Encontro Anual da ANPOCS.

GOHN, M. G. M. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOVERNO FEDERAL. *Blogue do Brasil Local*. Disponível em: <<http://brasillocal.blogspot.com/>>. Acesso em: abril de 2008.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. *Principles*. Disponível em: <<http://www.ica.coop/coop/principles.html>>. Acesso em: abril de 2008.

ITCP-USP. “Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo: história, reflexões e práticas”. In: *Revista de Cultura e extensão*, nº 0. São Paulo: PRCEU-USP, julho-dezembro de 2005.

MELUCCI, A. (1982). *A invenção do presente*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. “Um objetivo para os movimentos sociais?” In: *Lua Nova*. São Paulo: junho de 1989, n.17.

OLIVEIRA, P. S. (org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: ed. Hucitec, 2001.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMAN, L. H. H. “Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução”. In: *Política & Sociedade*, n.5, outubro de 2004, pp. 11-33.

SENAES/MTE. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: < <http://www.sies.mte.gov.br/> >. Acesso em: abril de 2008.

SINGER, P. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: SANTOS, B. S. (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

_____. “A Economia Solidária como ato pedagógico”. In: KRUPPA, S. M. P. (org.) *Educação de Adultos e Economia Solidária*. Brasília: INEP, 2005.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?* Brasília: maio de 2004. Disponível em: < http://www.sies.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimento_comunidadespobre.pdf >. Acesso em: abril de 2008.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

VASAPOLLO, L. “O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista”. In: ANTUNES, R. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

VERARDO, L. “Construindo autogestão e parceria solidária”. In: MELLO, S. L. (org.) *Economia Solidária e autogestão: Encontros internacionais*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.